



Universidade de Brasília

Decanato de Assuntos Comunitários

1 ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA (212ª) REUNIÃO DA CÂMARA DE ASSUNTOS
2 COMUNITÁRIOS (CAC) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada aos quinze dias do mês
3 de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, de forma remota - através da
4 plataforma *Teams* - com a presença dos seguintes membros: Ileno Izídio da Costa (Decano -
5 Presidente), Maria Hosana Conceição (FCE), Igor dos Santos Lima (IE), Paolo Gessini (FGA),
6 Talita Tatiana Dias Rampin (FD), Patrícia Cristina Pinheiro e Cristiano Guedes de Souza (IH),
7 Josivania Silva Farias (FACE), Eliza Carla Barroso Duarte (FM), Marisete Peralta Safons (FEF),
8 Fernando Fortes de Valência (IB), Ariuska Karla Amorim (FT), Karin Eleonora Savio de Oliveira
9 (FS), Fernando Bomfim Mariana (FE), Cleriane dos Santos Matias Borges (IG) e Evelyn Jeniffer
10 de Lima Toledo (IQ). Também estiveram presentes os (as) convidados(as): Larissa Polejack
11 (DASU), Sinara Pollom Zardo (DACES), Susana Xavier e Claudia Renault (DIV), Eloísa Pereira
12 Barroso e Eduardo Lemgruber (DDS), Fabiana Paulo do Nascimento e Fernanda Correa
13 Loureiro (Gab/DAC), Jessica Gillian de Almeida, Debora Larissa Bezerra de Brito, Jeisa
14 Alessandra Gaspar Albuquerque e Railson Silvano Pereira. Justificaram ausência: Cristiane
15 Moreira da Costa (RU) e Adriana Ibaldo (IF). **Item 01: Aprovação da pauta.** O presidente
16 iniciou a reunião com a solicitação de aprovação da pauta. Aprovada, com 13 (treze) votos
17 favoráveis e 1 (uma) abstenção. **Item 02: Informes.** O presidente da CAC destacou a
18 aprovação da Lei do Orçamento Anual (LOA) pelo Congresso Nacional, após um longo período
19 de atraso. O orçamento da UnB foi aprovado, mas sofreu cortes. De acordo com a prof Denise
20 Imbroisi, decana do DPO, a Universidade terá um déficit entre 4,5% e 6,8% em 2022. Em meio
21 a esta situação financeira difícil, a notícia mais tranquilizadora é que houve uma recomposição
22 aos valores de 2019 do PNAES, quando os recursos foram de 34 milhões de reais. Em 2020, o
23 valor foi de 32 milhões e em 2021 chegou a 30 milhões de reais. O DAC já começou a planejar
24 a divisão de recursos financeiros para suas diretorias, com os programas e editais
25 desenvolvidos. A decisão final sobre este planejamento fica a cargo da Comissão Permanente
26 4002, instituída pelo CAD. Outro informe de muita relevância foi a respeito do Programa Bolsa-
27 Permanência, do MEC. O presidente da CAC ressaltou a luta que a DDS tem travado, pois o
28 programa, que é destinado a estudantes quilombolas e indígenas, ficou sem abertura de edital
29 por dois anos, e agora houve a oferta de um quantitativo muito pequeno de vagas, apenas 34
30 (trinta e quatro), sendo que o público atendido pela UnB é de 320 estudantes, entre indígenas e
31 quilombolas. O BPMEC não está na alçada da Universidade, mas o FONAPRACE tem se
32 dedicado em estabelecer conversas neste sentido de aumento da oferta de vagas junto ao
33 Ministério da Educação. Por fim, o presidente apresentou o calendário da CAC para este ano
34 de 2022, com previsão de reuniões de periodicidade quinzenal. Logo após, foram abertas
35 inscrições para informes. O prof Fernando Mariana (FE), que presidiu a comissão de Moradia



36 Funcional na CAC, destacou que os membros da comissão chegaram à conclusão de que o
37 melhor a ser feito seria um seminário, envolvendo vários setores da UnB, já que os imóveis
38 funcionais da UnB fazem parte do patrimônio histórico de Brasília. O conselheiro Cristiano (IH)
39 acredita que seminário seria algo muito pequeno para a grandiosidade e importância do tema, e
40 cogitou a possibilidade de uma conferência, que trouxesse mais arcabouço de elementos e
41 discussões sobre a política de Moradia Funcional na UnB. O presidente declarou que, sendo o
42 assunto mais extenso e com necessidade de mais tempo para debate e encaminhamentos,
43 poderia ser retomado no item de pauta "assuntos gerais", pois a reunião ainda estava na parte
44 dos informes. **Item 03: Projeto DASU/DAC contemplado pelo Fundo de Doações Covid-19 -**
45 **UnB em ação (processo SEI 23106.047557/2021-64) - apresentação da prof Larissa**
46 **Polejack - diretora DASU.** A professora destacou que os recursos para o projeto, intitulado
47 "Comunidade que cuida", na ordem de 4 (quatro) milhões, trezentos e oito mil reais, serão
48 destinados à compra de material de consumo para o funcionamento dos NAVS (Núcleos de
49 Atenção e Vigilância em Saúde), que estão instalados nos campi da UnB. Além de
50 atendimentos iniciais à comunidade universitária, os NAVS promovem oficinas de promoção da
51 saúde (especialmente de saúde mental). Logo após, o presidente da CAC ressaltou que a
52 responsabilidade dos cuidados em saúde continua com o GDF, e que a COAVS/DASU faz
53 primeiros atendimentos, numa espécie de triagem, onde encaminha aqueles que precisarem de
54 tratamento aos órgãos de saúde do Distrito Federal. Mas para que isso aconteça, os núcleos
55 precisam de recursos próprios, já que têm funcionado com a ajuda de unidades diversas dentro
56 da Universidade. O presidente abriu para discussão, porém não ocorreram inscrições e, então,
57 ele encaminhou a proposta do Fundo de Doações Covid-19 para votação. Aprovada, com 13
58 (treze) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **Item 04: Devolução ao erário de valores**
59 **relativos ao Auxílio Alimentação Emergencial (processo SEI 23106.015349/2022-87) -**
60 **apresentação da prof Eloísa Pereira Barroso, diretora da DDS.** A prof Eloísa fez a
61 explanação do item de pauta, com a abordagem de dois editais para o auxílio alimentação
62 emergencial, ambos abertos durante a pandemia de Covid-19, durante a suspensão das aulas
63 e após, no ensino totalmente remoto. Como o recurso utilizado para pagamento dos auxílios é
64 oriundo do PNAES, o fluxo começa com uma primeira classificação pelo estudo
65 socioeconômico realizado na COAE/DDS. Porém, sendo a questão alimentar de primeira
66 necessidade, durante a pandemia, os estudantes com perfil de baixa renda foram beneficiados
67 sem o estudo, tendo em vista a demora que este processo causaria, e assim geraria grande
68 insegurança alimentar a este público vulnerável. Cerca de 3.000 (três mil) auxílios foram
69 concedidos neste período de tempo. No entanto, quando estes mesmos estudantes passaram
70 pela avaliação socioeconômica, 130 (cento e trinta) deles não estavam no perfil delimitado pelo



71 PNAES, com renda bruta per capita de até 1 (um) salário mínimo e meio. Por outro lado, entre
72 estes 130 estudantes, havia 54 (cinquenta e quatro) que entraram na Universidade como
73 cotistas de baixa renda, e cerca de 45 (quarenta e cinco) estudantes, cujas famílias estão
74 inscritas no CAD único do Governo Federal. Tendo em vista que os programas federais
75 apresentam exigências bem mais severas do que os limites do PNAES no perfil de renda, a
76 DDS solicita que estes estudantes não sejam instados a devolver o montante ao erário. O valor
77 a ser devolvido é de 2.980 (dois mil, novecentos e oitenta reais), e, segundo a diretora Eloísa, a
78 maioria esmagadora deles não possui condição alguma de restituir uma quantia tão vultosa. Em
79 seguida, foi aberto à discussão. A prof Patrícia (IH) parabenizou a sensibilidade da DDS, em
80 meio a tempos tão duros, com tantos descabros sociais. O prof Cristiano também
81 parabenizou, mas demonstrou dúvidas quanto ao formulário de votação, pois havia o texto de
82 devolução ao erário, e se ele se demonstrasse favorável no formulário, significaria ser favorável
83 à restituição do dinheiro, e não ao parecer apresentado pela diretora da DDS. O presidente
84 concordou com o conselheiro, e solicitou à secretária que alterasse o texto para que os
85 membros votassem no parecer da Diretoria de Desenvolvimento Social. Em seguida, foi aberta
86 a votação. Parecer aprovado, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. **Item**
87 **05: Projeto para formação e atuação de letores e transcritores na promoção da**
88 **acessibilidade (processo SEI 23106.016507/2022-16) - apresentação da prof Sinara**
89 **Pollom Zardo, diretora da DACES.** A prof Sinara fez sua explanação, para demonstrar a
90 imperiosa necessidade de inclusão e diálogo com estudantes com deficiência visual, com
91 transtorno do espectro autista e que apresentam graves questões de mobilidade e dificuldades
92 na escrita e na leitura. Para que estes estudantes tenham mais entendimento de aulas e
93 material com conteúdo programático, este projeto visa selecionar letores e transcritores, com
94 recursos do programa INCLUIR, para auxiliar os estudantes com deficiência. Serão bolsas no
95 valor de 400 (quatrocentos) reais, pelo período de dez meses. Os bolsistas serão estudantes
96 com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o PNAES. Abertas as inscrições,
97 não houve pedido de fala, e foi encaminhado o projeto para votação. Aprovado, com 13 (treze)
98 votos favoráveis entre os presentes, a constatar unanimidade. **Item 06: Assuntos Gerais.** O
99 presidente concedeu o primeiro ponto à fala da prof Eloísa, diretora de Desenvolvimento
100 Social/DAC. A diretora abordou as dificuldades enfrentadas devido aos grandes cortes feitos no
101 Programa Bolsa Permanência MEC, que atende estudantes indígenas, quilombolas e outros em
102 vulnerabilidade. Durante dois anos, não houve edital, e agora em 2022, foram abertas apenas
103 24 (vinte e quatro) vagas para a UnB, quando existe um quantitativo de 362 (trezentos e
104 sessenta e dois) estudantes com o perfil para bolsita do programa. A prof Eloísa destacou que
105 os cortes foram gerais, em todas as universidades, e que entidades como o FONAPRACE



Universidade de Brasília

Decanato de Assuntos Comunitários

106 iniciaram conversações junto ao MEC para tentar minimizar os impactos gerados pelos cortes
107 tão profundos no programa. A maioria das universidades já realizou os cortes em seus
108 beneficiários, mas a Universidade de Brasília continua fazendo os pagamentos mensais,
109 enquanto aguarda resposta do Ministério da Educação sobre o ofício enviado, com o
110 detalhamento da situação destes estudantes vulneráveis. O prof Cristiano pediu a palavra e
111 disse que, em sua opinião, a forma de lidar com esta situação é por meio de grande
112 mobilização, envolvendo as entidades estudantis e o Congresso Nacional. O presidente
113 declarou que o DAC e a Administração Superior já tem feito esta mobilização, com intenso
114 diálogo junto ao FONAPRACE e às bancadas federais. Outro ponto de informe foi a
115 necessidade de recomposição das comissões para tratar da estrutura da CAC e também para
116 analisar a política de moradia funcional da UnB. O presidente irá demandar novas
117 representações entre os membros para que possam ser retomadas as discussões sobre ambos
118 os temas. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas, o presidente deu por encerrada a
119 reunião, da qual eu, Luciana Pimenta M Pandino Werneck, Assistente em Administração do
120 DAC, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será subscrita pelo presidente.

121

122

Presidente

123

Ileno Izídio da Costa

124

(documento original assinado)

125

126

127

Luciana Pimenta M Pandino Werneck

128

Assistente em Administração do Decanato de Assuntos Comunitários